

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 281

Data 15 de fevereiro de 1979

Pg.: _____

Funai proíbe as notícias sobre a emancipação

Das sucursais

O índio, no momento, é um assunto proibido e na Funai ninguém está autorizado a falar sobre ele — principalmente concedendo entrevistas à imprensa. Esta atitude está sendo seguida pelos funcionários desde a semana passada, quando uma circular foi distribuída a todas as 12 inspetorias da Fundação Nacional do Índio espalhadas pelo Brasil. O motivo: segundo explicam algumas fontes ligadas à Funai, o governo está tentando impedir que a situação fique "mais tumultuada ainda", o que poderia acarretar até possíveis repercussões internacionais.

Na circular enviada às divisões da Funai, explicava-se que o sigilo era uma recomendação do Ministério do Interior e por isso não deveriam ocorrer entrevistas à imprensa sobre o tema — orientação válida para "os funcionários de todos os níveis". Por isso, ontem, funcionários da Funai não viam nenhum atrativo em comentar o anunciado pedido da tribo kaingang, que requereu sua emancipação ao Ministério do Interior. "Se nem o ministro está falando ..." — argumentavam.

Pedindo para não ser identificado, um indigenista disse não acreditar que os índios kaingang tenham condições para pedir sua emancipação. "É claro que existe alguém por detrás disso tudo. O nosso índio não tem esse grau de consciência e creio mesmo que não entendem sequer o que é a emancipação" — afirmou. Segundo esse indigenista, o que certamente deve estar ocorrendo é uma pressão de grupos poderosos, "econômicos e de outras naturezas", para que os índios

deixem suas terras, que, assim, estariam liberadas para qualquer atividade desejada. "Os índios devem estar recebendo promessas que jamais serão cumpridas; vantagens que nunca receberão".

DENÚNCIA

A anunciada emancipação da tribo Kaingang, que vive no posto indígena de Guarita, está sendo incentivada por lideranças políticas e por membros da comunidade luterana da cidade de Tenente Portela. A denúncia foi feita ontem, em Curitiba, pela Regional da Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai —, segundo a qual o cacique Alfaiate estaria sendo o teste de ferro desses grupos responsáveis pela ocupação de 8 mil alqueires da reserva.

Essas terras são cultivadas com soja e trigo, mediante financiamentos obtidos por essas lideranças políticas junto ao Banco do Brasil em nome do cacique Alfaiate, que vinha sendo autorizado pela chefia do posto a recebê-los.

No final do ano passado, o chefe do posto de Guarita recebeu instruções do delegado regional da Funai, José Carlos Alves, para não mais conceder autorização para o cacique Alfaiate receber financiamentos. A decisão foi acompanhada do início do processo de expulsão dos atuais ocupantes da reserva, que se comprometeram a deixá-la em maio.

Segundo a Anai, à medida em que se aproxima o prazo para que os intrusos deixem as terras, aumentaram as pressões junto ao cacique Alfaiate para que ele providenciasse o pedido de emancipação.